

Novos créditos só aliviam

Nova Iorque — O problema da dívida externa tem aspectos exteriores os mais diversos, variando das cerimônias de assinaturas de acordo, onde são muitos os sorrisos, até os momentos mais dramáticos, com expressões carregadas, tal como ocorre nestes momentos com o Brasil.

O processo não se gerou espontaneamente, mas obedeceu a uma combinação de fatores, e pelo entendimento geral tudo teve início em 1982, quando o México enfrentou sérias dificuldades financeiras.

O México acaba agora de assinar um dos melhores convênios de reestruturação, com longos prazos, períodos de carência e muito importante, uma baixa nos juros. Além disso, recebeu um crédito novo de 7,7 bilhões de dólares, com o que sua dívida quase alcançou o nível da brasileira, de 108 bilhões de dólares.

O Brasil está no momento impossibilitado de continuar pagando os juros de sua dívida, e o sistema bancário internacional já começou a declarar seus créditos «não produtivos», passando à conta de «perdas» dos juros não recebidos, o que afetará seus balanços.

Esta classificação tem para um país o mesmo efeito negativo que representa, para uma pessoa, ter seu nome colocado na lista de maus pagadores: as fontes de crédito se fecham.

Os mexicanos tem melhores possibilidades de enfrentar seus problemas financeiros, pois são exportadores de petróleo e tem os Estados Unidos como cliente seguro. Além disso aumentaram notavelmente suas exportações não-petrolíferas e se beneficiam de uma grande corrente turística vinda de seus vizinhos do Norte.

Vantagem

O país tem ainda a vantagem de contar com muitas unidades de processamento e montagem de produtos a partir de materiais importados dos Estados Unidos, para onde o produto final é reexportado. Estes fatores estão ausentes quando são feitas projeções econômicas no processo de refinanciamento de países como o Brasil ou a Argentina, que enfrentam negociações nada fáceis para reestruturar suas dívidas e obter dinheiro novo.

É evidente que o processo de reestruturação e de créditos novos não só não oferece soluções, como ainda agrava o problema de uma dívida sempre crescente da América Latina, a qual já se aproxima dos 400 bilhões de dólares.

Já em janeiro de 1980, o sistema econômico latino-americano havia assinalado este perigo, ao mencionar «o endividamento que nos está empurrando para a facilidade financeira de prosseguir na busca, com critério conjuntural, de saída

para um problema que é inquestionavelmente de estrutura. E a idéia de se negociar separada e bilateralmente com as potências políticas e econômicas é ao mesmo tempo presunçosa e suicida».

Documento resultante da quarta reunião dos organismos econômicos latino-americanos, realizada na Guatemala em 1983, advertiu aos governos para o fato de que a dívida externa «não só deixou de contribuir para o desenvolvimento latino-americano como o está comprometendo gravemente, devendo ser objeto de consideração conjunta e urgente».

Surgiu logo depois o plano lançado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, propondo um aumento dos créditos para um grupo de 15 países devedores, de maneira a que estes pudessem investir e desenvolver suas economias.

Ainda assim, as cifras são bem mais eloquentes do que as declarações. Segundo o Instituto de Finanças Internacionais, os créditos de instituições privadas destinados a países do Plano Baker caíram de 20,2 bilhões de dólares em 1984, para 4,6 bilhões de dólares em 1986. Por sua vez, os créditos de entidades oficiais caíram de 12,7 para 7,6 bilhões de dólares no mesmo período. E ao mesmo tempo, a título de amortizações e pagamento de juros, os países contemplados no plano entregaram aos credores 7 bilhões de dólares.

Tudo isso ocorre em meio a um clima econômico desfavorável. Em recente debate sobre a dívida externa, nas Nações Unidas, o Peru, citando cifras da própria organização, mostrou que os países em desenvolvimento transferem anualmente 100 bilhões de dólares para os países ricos. Pela desvalorização dos preços das matérias-primas (entre as quais o petróleo), mais 54 bilhões de dólares pelo pagamento da dívida, e 13 bilhões a título de dividendos, serviços e direitos.

Os países em desenvolvimento fizeram grandes esforços para aumentar suas exportações, ao mesmo tempo em que restringem suas importações, mas o sacrifício não foi retribuído, disse um relatório do Departamento de Assuntos Econômicos das Nações Unidas.

«A queda dos preços das matérias-primas verificadas desde 1980, aliada ao crescimento lento do volume do comércio internacional, tornou muito difícil o retorno dos balanços de pagamentos com bases firmes», disse o relatório. Este assinalou ainda que a situação se agrava com as taxas de juros elevadas e com a redução do fluxo de créditos.